

PORTUGUÊS BRASILEIRO E SUAS LITERATURAS: DA POTÊNCIA LOCAL À INSERÇÃO GLOBAL, EM DIFERENÇA

BRAZILIAN PORTUGUESE AND LITERATURES: FROM LOCAL POWER TO GLOBAL INSERTION, IN DIFFERENCE

Osmar Moreira dos Santos

Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

osmar.moreira@uol.com.br

Resumo: O que seria internacionalizar a língua portuguesa e suas literaturas ante às contradições do campo linguístico-literário no sistema científico brasileiro e sua política pública? Essa pergunta pressupõe um objetivo geral: explorar a força local do trabalho com o português brasileiro e suas literaturas, como um agenciamento global. A metodologia indica como a partir da pesquisa da língua e das linguagens, desde a iniciação científica jr. em colégios estaduais, passando pela iniciação científica na graduação em Letras, aos programas de pós-graduação, é possível não só mapear instituições nacionais e internacionais sobre o tema, mas, principalmente, criar as condições para que os falantes e escritores façam da aquisição da língua um instrumento de combate das ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológico promovidas pelo imperialismo e sua globalização excludente e reacionária. Um dos principais resultados, além do cosmopolitismo desse trabalho de resistência, é vislumbrar um novo papel de mediação para uma associação científica do quilate da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) com seções em cada estado da federação, em que um novo associado, o comunitário, seja fator de inclusão dos profissionais das Letras, seja este da graduação, sejam os que estão em suas práticas na rede escolar pública. Ser global, no local, é do ponto de vista da periferia do sistema, um gesto alternativo de internacionalização, resistência e de criação.

Palavras-chave: Português; Literaturas; Signos; Local; Global; Emancipação

Abstract: What would it be to internationalize the Portuguese language and its literatures before the contradictions of the linguistic-literary field in the Brazilian scientific system and its public policy? This question presupposes a general objective: to explore the local work force with Brazilian Portuguese and its literatures as a global agency. The methodology indicates how from the research of language and languages, since the scientific initiation jr. in state colleges, through scientific initiation in undergraduate letters, postgraduate programs, it is possible not only to map national and international institutions on the subject, but, above all, create the conditions for speakers and writers to acquire language is an instrument for combating the linguistic, cultural, territorial and ontological eviction orders promoted by imperialism and its exclusionary and reactionary globalization. One of the main results, beyond the cosmopolitanism of this resistance work, is to envision a new mediation role for a carat scientific association of ANPOLL (National Association of Graduate Studies and Research in Letters and Linguistics) with sections in each state of the federation, in which a new associate, the community, is a factor of inclusion of the professionals of the Letters, be it undergraduate, or those who are in their practices in the public school system. Being global, locally, is from the point of view of the periphery of the system, an alternative gesture of internationalization, resistance and creation.

Keywords: Portuguese; Literatures; Signs; Local; Global; Emancipation

O texto, portanto, está articulado à volta de três pontos: (i) políticas linguísticas para a internacionalização do Português precisam apoiar-se num sólido conhecimento sobre a língua que queremos difundir; as universidades brasileiras vêm desenvolvendo esse conhecimento; (ii) os esforços de promoção do Português precisam de um foco, deixando de lado sua atual falta de rumo; (iii) a percepção do português como língua pluricêntrica é fundamental para o desenho de uma política linguística efetiva; entretanto, ela por si só não resolverá nosso problema crônico de falta de autoestima.

Ataliba T. de Castilho¹

(“Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa”, UFSC, 2013)

Introdução

Se considerarmos que a colonização portuguesa do Brasil, ao longo de mais de três séculos, não teria sido possível sem uma gramática geral da língua dos indígenas em que se deslocava no interior dessa língua geral a relação do nome com as coisas (designação), impunha-se um regime de autoridade (a palavra de deus, do rei: quem se manifesta) e desmantelava-se uma lógica cultural, para, a partir daí, realizar ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológico, então, uma primeira constatação é que: através do português brasileiro e suas literaturas devemos não apenas continuar realizando essa espécie de arqueologia das ordens de despejo, mas estimular os falantes dessa língua portuguesa, através de todos os níveis do ensino, a identificar através de lembranças ou em processos de formação e de aquisição, o lugar individual de encontro com a língua como um dispositivo para se entrar na história, como um dispositivo para se estar no/com o mundo, afirmando, assim, o local de nossa existência como potência universal, em diferença.

Se consideramos ainda, e como um labirinto futuro, a imposição de uma língua global de dominação ramificada em todos os países do mundo, como ordem definitiva e totalitária dos despejos, a potência das línguas soterradas, e subsumidas por tal ordem de barbárie, estaria não apenas nos traços e marcas dos falantes em sua dramatização cotidiana, mas numa política cultural que duplique essa língua de dominação, que faça emergir um universal em diferença, em contraponto a um universal como apologia do mesmo, assim, uma segunda constatação seria: para um país como o Brasil, com mais de 500 anos, sem reforma agrária, sem reparação econômica dos remanescentes da escravidão, sem politização das ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológica, seria irrelevante pensarmos a inserção do português brasileiro e suas literaturas em países não-lusófonos como se fossem novelas da globo dubladas, legendadas, em que o menos de 1% da população continue, desde o pau-brasil, ganhando e acumulando muito dinheiro sem qualquer retorno social.

Ou seja, essas duas primeiras constatações, como proposições para um debate, indicam que uma associação científica do quilate e importância social da ANPOLL, precisa reconstruir, urgentemente, seus dispositivos para, através de uma política científica nova e alternativa, a) mediar, em sessões estaduais por todo Brasil, a pesquisa e a prática científica dos profissionais de Letras, não apenas os filiados aos programas *stricto sensu*, mas também os matriculados nos cursos de graduação e profissionais efetivos situados nos núcleos de linguagem da rede básica. A ANPUH e a ANPOF são excelentes exemplos através dos quais poderíamos estudar seus modos de organização e funcionamento; b) multiplicar os modos de conexão nômades de inserção internacional do português brasileiro e suas literaturas. Tendo em vista que o sistema científico brasileiro é, em certa medida, incapaz de responder ao

¹ Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa. Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa: concepções de ações. Mesa-redonda sobre “A língua portuguesa e suas perspectivas para o século XXI”. UFSC, 6 a 8 de março de 2013.

domínio imperialista sobre a produção do saber na periferia do capitalismo, bem como, e por efeito desse domínio, obrigado a estabelecer esse (não) lugar reservado à linguística e à literatura nesse sistema, não devemos esperar uma política pública efetiva de inserção internacional do português brasileiro e suas literaturas ao mesmo tempo que devemos estar atentos a uma possível terceirização, ou delegação ao mercado, dessa inserção, a exemplo da privatização de todo o ensino público.

Como já nos advertiu Fiorin (1998), em sociedade neoliberal, acrescentemos, e em estado de exceção, nós, do campo linguístico-literário ou das humanidades, não somos essenciais, somos uns inúteis, quando muito com a tarefa do ensino de língua portuguesa como prescrições de regras e a produção literária como autoajuda para os farrapos. Assim, e em contraponto, o Português brasileiro e suas literaturas, como instrumento de pesquisa e fator de globalização, é um ato de resistência.

Da potência local n.1

Um bom exercício que costumo fazer com meus alunos do primeiro semestre em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas, no componente curricular Estudos Filosóficos, é estimulá-los a escrever durante 10 a 15 minutos sobre o seu encontro com a língua na mais tenra infância (dos 5 aos 10 anos). O impacto dessa lembrança, em geral, implica muita emoção e sofrimento mas, nessa dramatização, a abertura de uma clareira, em que cada um, a partir de então, pode não apenas descrever cenas de sua vida e existência, localizando a relação de uma palavra como uma coisa bruta ou com uma coisa doce e alegre, além de habilitar-se, também a descrever e a transformar um cheiro, um sabor, uma paisagem, um som, uma textura, em conceitos através dos quais se possa continuar dramatizando o si nessas malhas do poder e do saber.

O si, então, quase sempre pequeno, desprezível, quase um farrapo, com essa simples mediação de uma aula, descobre que tem uma língua, que através dessa língua pode tratar de si como uma (d)obra do mundo bem como encenar-se como potência e infinitude, e mais: apenas nessa experiência, em que o si se apropria da palavra para se dizer, nessas relações entre saber e poder e nunca numa relação do si em si mesmo, é possível transcender e ter consciência estética dessa transcendência: simples acontecimento e entrada na história.

Pensar e falar, portanto, não é inato nem adquirido, é um ato de resistência. Com esse pressuposto, todos os estudantes abrem um diário filosófico e ao longo do semestre se põem a escrever cenas de suas vidas, apresentando trechos desses diários na festa do pensamento filosófico como um evento de culminância fora da sala de aula e sob uma das árvores frondosas do campus universitário, em Alagoinhas – Bahia.

Esse tópico, aqui intitulado “Da potência local n.1”, descreve algumas condições semióticas e semiológicas capazes de confrontar a violência do universal - seja ele teológico, matemático-positivista, biológico, tecnológico e suas vinculações nazifascistas - com a leveza e potência do corpo não dócil, situado em qualquer local, e aberto à resistência, à criação e seus modos de expressão.

Afinal, se nós como *homo sapiens* e seres de linguagem desaparecêssemos da face da terra, o sol sobre as paisagens, o movimento das águas de rios e oceanos, o brilho noturno dos vagalumes, continuarão indiferentes ao processo de predicação humana e ao olhar soturno ou alegre de nossos deuses, ora desaparecidos.

Da potência local n.2

Se entre a cabeça primitiva e o rosto cristão, não há outra alternativa senão pesquisar, é através da pesquisa em língua, literatura e linguagens, desde a iniciação científica júnior em

colégios estaduais, passando pela IC na universidade, que a questão local emerge como potência global. Eis alguns exemplos de uma série múltipla e que bem poderiam fazer parte de um mapa, envolvendo atividades com português brasileiro e literaturas por todo Brasil. Trata-se de três projetos de iniciação científica intitulados *O estudo da língua, literatura e cultura chinesa em instituições brasileiras* (SANTOS, Ester: 2015 – 2016), *Política brasileira de internacionalização de línguas, literaturas e culturas* (SANTOS, Daiane: 2015 – 2016) e *O estudo da língua, literatura e cultura brasileiras em instituições chinesas* (SILVA, Thainá: 2015 – 2016) e fazem parte de um conjunto de projetos orientados por mim, nos últimos quatro anos, no âmbito do projeto *Potências transnacionais emergentes e seus crivos culturais*, sobre os BRICS, apoiado pela Fapesb/CNPq, e que além de mim e meus orientandos, envolvem ainda 11 pesquisadores docentes (5 do Programa de Crítica Cultural da UNEB e 6 do Programa de Literatura e Cultura do Instituto de Letras da UFBA) e quase meia centena de estudantes como pesquisadores discentes.

Os principais resultados dos três projetos de IC, acima mencionados, são a constituição dessa imagem: a) uma agressiva e revolucionária política linguística e cultural chinesa, por todos os países, através da criação de Institutos Confúcio, além de outras políticas envolvendo secretarias de estado e a rede de escolas básicas; b) um esforço hercúleo da política cultural brasileira, durante os governos Lula e Dilma, envolvendo o investimento em tradução, coletâneas, salões de livros na França, na Alemanha, entre outros, além da criação de centros de cultura brasileira; c) um investimento agressivo e revolucionário do governo chinês em língua portuguesa multicêntrica (norma de Portugal, de Brasil e de países africanos falantes do português) no âmbito de instituições universitárias chinesas, destacando-se a Plataforma de Macau.

Se expandirmos a descrição dos resultados dos projetos docentes e discentes, nos últimos quatro anos, temos dois eixos dominantes: a) um olhar para as instituições científicas, educacionais e culturais, no âmbito dos BRICS, em que se observa a diferença crucial entre os países que passaram por uma revolução socialista e sua compreensão da função do estado e seu controle do mercado, daqueles países em que o estado é dominado quase que completamente pela política de mercado, estrangulando, com isso as políticas públicas; b) um olhar para as representações linguístico-literárias e culturais, no âmbito dos BRICS, em que o Brasil apresenta-se como um país avançado e bem pós-moderno, mas sem resolver suas contradições, quase incontornáveis. Esses dois modos de olhar, a partir do local (um projeto de pesquisa em duas instituições universitárias da Bahia, uma da capital, outra do interior), se combinados e conectados com outras variações e angulações, envolvendo outros projetos, outros programas, outros cursos de letras, outros ambientes de práticas de ensino, pesquisa e extensão dos profissionais de letras da educação básica, numa sessão estadual da ANPOLL (possível, se nossa comunidade desejar)² poderia mobilizar além das sociedades científicas do

² ANPOLL, COM SEÇÕES ESTADUAIS: UMA POLÍTICA CIENTÍFICA PARA O CAMPO LINGUÍSTICO-LITERÁRIO NO BRASIL. Resumo: Trata-se de mesa redonda no âmbito do Fórum de Coordenadores de Programas *stricto sensu* da área dos Estudos Linguísticos e dos Estudos Literários do Nordeste, a ser realizado na UESC, entre os dias 13 e 14 de novembro de 2019, com o objetivo geral de apresentar e debater questões sobre o reordenamento estatutário da ANPOLL, como associação científica voltada às questões da pós-graduação em Linguística e Letras. Considerando que as questões dos estudos linguísticos e literários devem ir além daquelas prescritas pela Capes aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e abranger também as que envolvem os cursos de graduação em Letras e as práticas dos egressos na educação básica, faz-se necessário que a ANPOLL, a exemplo da ANPUH, não só crie a possibilidade da abertura das seções estaduais, mas mude, também, seu conceito de associado, contemplando, nessa condição todos os formados em Letras, bem como os estudantes de programas de pós-graduação da área, reconhecidos pelo Ministério da Educação. A metodologia para isso, como um projeto piloto, pode se dar da seguinte forma: a) no 34 Encontro Nacional, a ser realizado em junho, em Maringá – Paraná, em que se discutirá alterações no Estatuto e Regimento, poder-se-á, também alterar o sentido do “P” de ANPOLL, de “pós-graduação” para “política científica”; b) ampliar a noção ou estatuto de filiados, saindo de doutores e doutorandos para o formado em Letras; c) abrir a possibilidade da criação de

campo linguístico-literário, dispersas pelo Brasil e pelo mundo, na constituição de um foco para a definição de uma política pública efetiva (ainda que provisoriamente no âmbito da ANPOLL e apoiada pelas secretarias municipais e agências de fomento estaduais), bem como mobilizar, também, outros problemas científicos, em níveis estaduais, com a atuação de membros dos atuais GTs e a criação de alguns outros a exemplo de *Políticas públicas para o campo linguístico-literário*, *Relações científicas linguístico-literárias nos BRICS*³, *Associações científicas do campo linguístico-literário e políticas de Estado*, entre outros.

Assim, do ponto de vista de uma potência local n.2, vislumbrando a ANPOLL como um dispositivo para a inserção internacional do português brasileiro e suas literaturas, não podemos prescindir dessa espécie de miragem: 26 sessões estaduais, e uma no Distrito Federal, da ANPOLL, em que a comunidade das Letras, através de membros de seus GTs, representantes de associações científicas, de estudantes de educação básica inseridos na IC Jr., de estudantes de graduação, de professores de português, de literatura, de redação da educação básica, aos de pesquisadores docentes e discentes da pós-graduação *stricto sensu*, possa, ao menos de dois em dois anos, tomar a palavra e colocar em pauta seus problemas locais e estaduais concernentes à problemática da língua, da literatura, da leitura, da escritura, partindo do pressuposto de o que é ter uma ideia em português brasileiro e suas literaturas num momento em que toda a civilização brasileira confronta-se, cara a cara, com a barbárie. Sem esse enfrentamento, além de jamais termos condições de definir um foco para uma política pública, efetiva, e disseminada por todos os estados do Brasil, muito menos termos as condições para a nossa inserção internacional.

Do local, como global, em diferença n.1

O português brasileiro e suas literaturas pressupõem a prospecção de centenas de línguas indígenas, africanas, além das línguas dos imigrantes ocidentais e orientais, como dobras morfológicas, fonéticas, sintáticas e semânticas, em muitos aspectos diferentes do português de Portugal e de países africanos.

Assim, um redimensionamento da grade curricular dos cursos de licenciatura em

seções estaduais, com autonomia relativa para filiar cursos de Letras e programas *stricto sensu* do respectivo Estado ou unidade da federação; d) no Fórum da UESC, instalarmos a seção Estadual Bahia da ANPOLL, como um projeto piloto. O que esperar dessa mudança da política científica da ANPOLL? A emergência de uma associação científica antenada com as questões da área ramificadas pela sociedade brasileira, e não apenas com a pós-graduação; a inserção de um novo sujeito político, o formado em letras, e seu ofício de ensinar, pesquisar, escrever, produzir cultura de linguagens; o levantamento de problemas de maior relevância para a área em suas interfaces com outros domínios do conhecimento e, por fim, fortalecer a área naquilo que ela mais pode, que é trabalhar com a língua como condição se entrar na história e se reconstruir novas transcendências, sobretudo em tempos de trevas e de estado de exceção. Sem essa virada político-científica, a ANPOLL, a última das associações criada por força do regime militar início dos anos de 1980, não terá tido a chance de estar de mãos dadas com os profissionais das letras, em sua luta por cidadania cultural, cumprindo apenas o seu papel de prescrever o que o sistema quer e impõe.

Palavras – chave: ANPOLL, Política Científica, Seções Estaduais, Profissional da Letras.

³ Proposta de GT com o objetivo geral de reunir pesquisadores docentes e discentes de universidades, associações e instituições científicas e culturais de países que compõem os BRICS visando a: prospectar, selecionar e definir questões linguístico literárias e culturais comuns; mobilizar equipamentos científicos e culturais entre esses países numa dinâmica de mobilidades acadêmicas novas, com apoios múltiplos internacionais; fomentar o estudo de línguas, Literaturas e culturas no âmbito da educação básica, como projeto piloto de média e longa duração. Metodologia: inscrever ao menos 3 pesquisadores docentes de cada um dos 4 países e constituir linhas de atuação que envolvam os objetivos acima e, anualmente, em encontros anuais e bianuais, esses pesquisadores possam dialogar e apresentar de resultados. Espera-se, com esse GT, abrir novas angulações e práticas científicas e linguístico literárias fora do eixo ocidental, fazendo emergir uma modernidade libertária e sem imperativo imperialista. Sem essa abertura não há como internacionalizar a língua portuguesa.

Palavras chave: GT, ANPOLL, internacionalização, BRICS.

Letras no Brasil bem que poderia propor até 50% dos componentes e disciplinas obrigatórias voltadas ao núcleo de referência do campo linguístico-literário, enfatizando o português brasileiro e suas literaturas, bem como experimentar fazer de até 30% das disciplinas de linguística e literatura uma conexão com a educação básica, através de laboratórios de leitura e criação textuais, em rede com escolas e colégios públicos municipais e estaduais; através da oferta de minicursos para professores e estudantes; da formação e apoio aos professores da rede básica para a institucionalização da Iniciação Científica Jr. como um dos itinerários do Ensino Médio; constituição de jornadas científicas na universidade e nas escolas; implementação da extensão no Ensino Médio, em que personalidades educacionais, linguísticas, literárias e culturais nos bairros, possam, na ausência dos partidos e associações de esquerda e contra a ostensiva presença de igrejas evangélicas como instrumentos de milicianos, constituir uma pauta de discussão sobre direitos linguísticos e literários, culturais, direitos humanos, distribuição de riqueza material e simbólica, entre outros temas.

Um tal redimensionamento, em fase de implantação, no Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas, acima mencionado, coloca a questão o que é educar de um ponto de vista linguístico-literário sob a responsabilidade epistemológica do campo. Assim, a ideia e sua forma de expressão, concernente a essa questão, permitiria reunir todos os coletivos da comunidade para esse debate e, com isso, suspender de vez a ideia no sistema vigente de que os Estudos Linguísticos e Estudos Literários, no Plano Nacional de Pós-Graduação, devem apenas “pegar carona” na Educação Básica para fazer sentido. Não devemos esquecer que nos dois tomos desse Plano o campo das Letras não aparece.

O que seria, então, “nosso problema crônico de falta de autoestima”, identificado pelo professor e pesquisador Ataliba de Castilho⁴ se, entre nós do campo linguístico-literário, não faltam associações científicas sérias e consolidadas, não faltam também resultados de pesquisa que podem nortear uma política de internacionalização do português brasileiro e suas literaturas? Uma resposta a essa questão me parece ir além do desencontro entre o que os nossos pesquisadores e professores produzem e a ausência de foco da política científica empreendida pelo governo federal, seus ministérios e agências de fomento, mas, consiste, principalmente, nessa separação “nós produzimos ciência e conhecimento”, “eles fazem política”, quando o correto seria dizer, ou reter: nossa produção científica e de conhecimento está eivada, de ponta a ponta, de trabalho político, mas esse trabalho político parece não ter nem história, nem uma língua que o permita entrar na história e fazer a diferença. Por isso a reprodução do mesmo e suas banalidades.

Assim, do *local*, como *global*, em *diferença n. 1*, implica a abertura de uma série em

⁴ Mapa de associações científicas: Associação Brasileira de Linguística (1969); Grupos de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL); Grupo de Estudos Linguísticos do Norte (GELNO); Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná (CELLIP); Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE); Centro de Estudos Linguísticos do Sul (CELSUL); Associação de Estudos Linguísticos do Rio de Janeiro (ASSEL – Rio). Instituições voltadas à internacionalização e difusão do Português: SIPLÉ, Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira; Universidades de Língua Portuguesa (AULP), 1990; Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM), 1991; Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP); Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Cabo Verde, 1998; Associação Internacional de Língua Portuguesa (AILP), 2001; Precedendo a criação dessas instituições, os 21 Centros de Cultura Brasileira em 21 países, 15 na América latina, 3 na Europa, 3 na Ásia. Projetos coletivos: Estudo de Norma Culta Linguística Urbana, UFBA, UNESP, USP, UNICAMP, UFPE, UFRS, a partir de 1970; Aquisição da Linguagem, 1975; Gramática do Português Falado (32 pesquisadores de 12 universidades); A partir dos anos de 1990: Variação Linguística do Sul do Brasil, VARSUL (UFPR, UFSC, UFRS); Atlas Linguístico do Brasil, ALIB (UFBA, UFRJ, UFJF, UEL, UFRJ, UFRS) 1977; História do Português brasileiro, 13 equipes regionais. Obras de referência: Dicionário gramatical de verbos; Dicionário de usos do português do Brasil; Moderna Gramática Portuguesa; Gramática de Usos do Português, entre outros; para estrangeiros: Português para estrangeiros: pressupostos para o planejamento de cursos e produção de materiais.

que cada de nós possa dar forma ao trabalho político de cada dia implicado em toda nossa produção de conhecimento, bem como na construção de novas formas de “gestão” das instituições de nossa área, como formas de conexão global de resistência, adotando como meios de expressão o português brasileiro e suas literaturas. Usemos, então, para isso, a partir de todos os programas de pós-graduação ou dos grupos de trabalho da ANPOLL, o tutorial da *Wikipédia*, para descrever essa luta a partir de nosso instrumento de trabalho (a língua e a literatura) como um dispositivo para a construção da cidadania cultural e a reinvenção da democracia do Brasil.

Do local, como global, em diferença n.2

O Estatuto e Regimento Interno da ANPOLL, se comparados com o da ANPUH e o da ANPOF, poderiam ser aperfeiçoados por nós visando a inserção dos profissionais de Letras, e não apenas o corpo docente dos programas *stricto sensu*, bem como da inserção de relatos de atividades de professores atuantes na Educação Básica, em eventos promovidos pelas sessões estaduais (outra mudança significativa). Uma imagem possível de um encontro estadual da sessão ANPOLL poderia ser: a) organização do evento através da parceria entre todos os programas *stricto sensu* da área, em cada estado; b) no interior do evento: o fórum da pós-graduação, o fórum da graduação, o fórum das associações científicas, relatos de atividades no âmbito do Ensino Fundamental e Médio por professores de Letras efetivos da Educação Básica, os minicursos promovidos por membros, locais, dos GTs nacionais; o fórum dos gestores, com presença de secretários estaduais de educação, diretor de agências de fomento, diretores de núcleos territoriais, entre outros; c) esses encontros estaduais aconteceriam em ano ímpar, e no lugar do evento intermediário nacional da ANPOLL, e seria organizado, no âmbito nacional, por membros da diretoria nacional em parceria com diretores das sessões estaduais.

Os Encontros nacionais dar-se-iam em ano par e contemplariam: a) um evento com o foco em política científica e política institucional; b) além da diretoria nacional contar institucionalmente com representantes das diretorias das sessões estaduais, representantes dos fóruns de graduação, de pós-graduação, das associações científicas e dos ministérios, secretarias e agências de fomento do governo federal; c) os GTs, na nacional, além de resultados do que se vem pensando em cada estado do Brasil e suas novas prospecções, focaria, também nas condições de produção e suas demandas.

Considerando que a ANPOLL, segundo o professor Ataliba de Castilho, é uma instituição de política científica que veio para aperfeiçoar as iniciativas da área na criação de várias sociedades científicas, devo aqui retomar, em homenagem ao emérito professor, o projeto Instituto Machado de Assis, que segundo ele “morreu antes de nascer”, e propor para nós da ANPOLL, a tarefa de reconstituir, em outros termos, a comissão de “política de ensino, aprendizagem e inserção internacional do Português brasileiro e suas literaturas” através da qual se possa criar o Instituto Virtual Machado de Assis, com apoio de todos os programas e agências de fomento de cada estado da federação até que seja possível resolver a questão de sua institucionalização no plano federal.

A exemplo do Instituto Confúcio, em pequena escala, o Instituto Virtual Machado de Assis, de acesso em várias línguas ocidentais e orientais, seria alimentado pela diversidade linguística e estética do português brasileiro e suas literaturas, tornada visível pelas pesquisas em todos os estados do Brasil, bem como seria alimentado, principalmente, pelas experiências internacionais tais como os leitorados, os centros de estudos de português/norma brasileira em todas as universidades do mundo, as comunidades de falantes, os cânticos em rodas de capoeira, os saraus e festivais literários, as aquisições de português brasileiro como segunda língua no Brasil e ao redor do mundo, entre outras experiências. Além dessa comissão para a

criação do Instituto Virtual Machado de Assis, poder-se-ia instituir, também, um GT, com pesquisadores em rede, mobilizando buscas e formulando um problema voltado ao tema da política de ensino, aprendizagem e inserção internacional do Português brasileiro e suas literaturas.

Do local, como global, em diferença n.2, implica, portanto, uma descontinuidade da estrutura contínua, monolítica e hierárquica da noção de “internacionalização”, enquanto geopolítica do conhecimento que envolve, nessa continuidade geopolítica o local, que é menor que o territorial, que é menor que o regional, que é menor que o nacional, que é menor que o internacional para, descolar desse contínuo a noção de nacional, implodi-la, e propor uma nova relação de força: o local e o global (glocal). O “inter”, de internacionalização, como geopolítica do conhecimento, associa-se, assim, à uma política urgente de “autoestima” (ou do combate permanente do complexo de vira-lata) do conjunto de quem produz conhecimento nesse momento de trevas, produzidas por esse nacional verde amarelo, miliciano, entreguista, de despotismo e suspensão dos direitos, de usurpação de riquezas por um império decadente.

Que retenhamos a potência do “nacional”, apenas como um operador, um duplo epistemológico, que nos permita confrontar e atravessar essas trevas, e articular o local na relação com o global, como uma nova geopolítica do conhecimento no Brasil.

Que em cada cidade, onde haja um programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos e em Estudos Literários, no Brasil, independente de seus conceitos, independente das assimetrias regionais, todos possam estar de mãos dadas com as graduações em Letras e com professores da educação básica do campo de linguagens, como a condição estratégica para se reinventar o Brasil para uma outra globalização, mais generosa, mais libertária.

Palavras finais

Se o português brasileiro, por sua voragem antropofágica, constitui-se como uma dobra ou deglutição de centenas de línguas indígenas, línguas africanas, além de línguas de imigrantes ocidentais e orientais, e suas literaturas existentes e virtuais, não é difícil mobilizar parcerias locais e globais de funcionamento dessa língua e suas literaturas como um modo de expressão cosmopolita.

Os tópicos estruturantes desse trabalho, intitulados “Da potência local n.1”, em que o ensino da língua constitui-se num dispositivo em que cada falante possa dramatizar o si, na relação entre saber e poder, e experimentar uma nova transcendência; “Da potência local n.2”, em que a língua, a literatura e a linguagem, pode se constituir num campo de pesquisa, em todos os níveis da escolaridade; “Do local, como global, em diferença n.1”, em que as sessões da ANPOLL, em cada estado do Brasil, criam as condições de comunicabilidade entre os profissionais da área e supere, com isso, a incomunicabilidade paranóica da atual produção científica imposta pelo sistema e, por último, “Do local, como global, em diferença n.2”, em que uma nova relação de força epistemológica entre o local e o global implode uma (inter)nacionalização reativa e reacionária, esses tópicos são um modo de perguntar: o que é ter uma ideia em português brasileiro e suas literaturas. Cabe, agora, a cada falante montar, individualmente ou em coletivos, sua máquina de guerra móvel, (g)local, contra qualquer espécie de barbárie.

Referências

Agamben, Giorgio. *Infancia e historia: destrucción de la experiencia y origen de la historia*. Tradução de Silvio Mattoni. Córdoba, Argentina: Adriana Hidalgo Editora, 2011.

Agamben, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

Candido, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975. 2 vols.

Castilho, Ataliba T. de. Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa. Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa: concepções de ações. Mesa-redonda sobre “A língua portuguesa e suas perspectivas para o século XXI”. UFSC, 6 a 8 de março de 2013.

Deleuze, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1988.

Fiorin, José Luiz. Reflexões para o estabelecimento de uma política para as Humanidades. *Revista da ANPOLL*, Florianópolis, v. 1, n. 4, 1998, p. 301-321

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Mészáros, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

Santiago, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Santos, Osmar Moreira dos. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

Santos, Osmar Moreira dos. Cenas literárias pós-coloniais para se compor novos ideogramas. Pequim, China: Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade de Pequim, 08/06/2017 (Comunicação na mesa redonda: *Literatura e cultura no âmbito dos BRICS: mediações*).

Recebido em: 19 de agosto de 2019

Aceito em: 23 de novembro de 2019

Publicado em: Dezembro de 2019